

União da comunidade é “questão de resiliência” na busca por justiça climática

Vulnerabilidade acrescida de regiões com menor poder econômico e de certos grupos sociais é evidenciada por investigador do CES. Professor aponta “certo facilitismo em utilizar alterações climáticas como desculpa para falta de infraestrutura e respostas” governamentais. manutenção do equilíbrio das contas da Casa.

POR SOPHIA BROOMAN E BRUNA FONTAINE

No final de janeiro, Portugal foi impactado por depressões climáticas que trouxeram danos para a população e o ambiente. Embora já tenham ocorrido outros eventos meteorológicos extremos no território nacional, António Carvalho, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), argumenta que essas alterações climáticas podem ser intensificadas pelas “intervensões antropogênicas”. Diante deste cenário, Gustavo García-López, também investigador do CES, admite que deve haver “limites ao consumo excessivo de recursos, mas ao mesmo tempo salvaguardar todas as necessidades que garantem uma vida digna perante a crise”.

Jorge Varanda, professor de Antropologia do Departamento de Ciências da Vida, sublinha a necessidade de uma visão mais geral na análise dos eventos climáticos atípicos e “não considerar apenas acontecimentos recentes”. O professor expõe que o estudo das questões ambientais não termina após os eventos climáticos, “depois é preciso refletir e acompanhar a forma como as pessoas afetadas interpretam e lidam com as memórias da situação”. Reforça que a ideia antropológica é importante ao analisar “os padrões de vulnerabilidade de um território e de determinadas populações”.

O conceito de justiça climática surge para compreender a dimensão social da crise ambiental. Gustavo García-López sublinha que o objetivo inerente ao termo é “alcançar uma sociedade mais equitativa”. António Carvalho considera que a justiça climática é “uma maneira de impedir que a população que mais tem sido afetada pelas alterações climáticas continue a sofrer danos excessivos”. Nesse sentido, o professor questiona quem realmente tem um papel na justiça climática. Explica que há uma diferença entre o impacto da ação das



Fotografia por Sophia Brooman

comunidades locais e o das “entidades financeiras ou grandes empresas”.

“Observa-se um certo facilitismo em utilizar as alterações climáticas como uma desculpa para a falta de infraestrutura e respostas”, insinua António Carvalho. O docente da FEUC expõe uma ligação entre a dimensão dos desastres ambientais e a “falta de responsabilidade das autoridades políticas”. As soluções propostas pelas entidades públicas, como a transição para energia renovável, podem ser usadas para “justificar a realização de projetos que, na verdade, são prejudiciais ao ambiente”, reitera o professor. Segundo o investigador, isso pode ser visto “na construção desenfreada de mega centrais fotovoltaicas e na mineração de lítio”. Estas “ações extrativistas”, são para António Carvalho, “usadas pelo governo como uma máscara para as alterações climáticas”.

Sobre a resposta institucional, Gustavo García-López acredita que as políticas públicas devem ser decididas após “ouvir as necessida-

des das comunidades, para que estas tenham acesso a um futuro mais justo e sustentável”. As áreas costeiras de Portugal, de acordo com o investigador, são consideradas as mais afetadas pelas mudanças meteorológicas, uma vez que é “por onde entram as tempestades”. Ainda assim, há setores mais vulneráveis que outros, como os que têm “menos recursos económicos”, acrescenta. Gustavo García-López sublinha que “os desastres climáticos afetam a população de forma desigual e há grupos, como idosos e imigrantes, que são mais vulneráveis”.

Nesse contexto, António Carvalho examina a importância do saber das comunidades para a solução e prevenção dos desastres climáticos. Para o professor da FEUC, a população local tem “um papel importante”, para além da resposta do governo. “Esses moradores retêm conhecimento tradicional de como lidar com esses eventos”, explicita. Além disso, valoriza a união dos locais em movimentos sociais, pois “ênfatizam que pequenas ações

a nível comunitário são uma questão de resiliência” e, por isso, não podem ser atribuídas à “desobediência civil”.

De acordo com Gustavo García-López, o fator de “máxima importância” do papel da sociedade na justiça climática é a organização. O investigador instituiu várias formas de como o plano de ação pode ser feito, “desde projetos comunitários ambientais e de economia alternativa, até à promoção de educação ambiental para as crianças”. Sob essa ótica, enfatiza a necessidade de educar os mais jovens sobre justiça climática e ensiná-los “como ser agentes de mudança”.

António Carvalho admite uma “falta de conhecimento” da sociedade sobre a “abrangência plural” das consequências das alterações climáticas, algo que atribui à fraca visibilidade da problemática, que não é exposta pelo sistema governamental. O investigador verifica ainda que existe “pouca sensibilidade nos meios de comunicação social, e até na universidade” ao expor as contradições inerentes às questões climáticas.